

Comemorações

SE TODOS OS EVENTOS FESTIVOS que exigem um aumento da sociabilidade provocam em mim uma certa ansiedade, meu próprio aniversário ocupa uma posição crítica numa escala calamitosa de fobias. Sempre detestei que conhecidos mais ou menos próximos e até pessoas de quem não ouvia falar há tempos viessem me dar parabéns mais ou menos efusivamente nesse dia. Fenômeno que se agravou desde que a data de meu aniversário coincidiu com um dramático (e hoje globalmente comemorado) dia do ano de 2001; creio que não será necessário acrescentar maiores detalhes e que a memória associativa do leitor fará o resto. Foi por isso que tentei, nos últimos anos, esconder a data de colegas e conhecidos ou fiz de conta, com as estratégias menos convincentes, de que estava desconectado das cada vez mais ineludíveis redes de comunicação circunstantes.

Talvez as comemorações nos incomodem (àqueles a quem elas incomodam) porque o tempo da celebração esconde o tempo em devir do acontecimento. Os devires, afirmam Deleuze e Guattari, não têm a mesma temporalidade que a história. A história se celebra. O devir se vive. Por isso as comemorações não costumam coincidir com os momentos da vida nos quais realmente se cruza um limiar. As comemorações servem para recordar algo que do contrário seria esquecido e para esquecer aquilo que deveria ser lembrado. A cronologia política hegemônica impõe uma ordem da

memória que celebra os ritos sociais que a coletividade aprova e reconhece. Durante séculos, por exemplo, a Igreja considerou os rituais de comemoração do nascimento como festas pagãs: as almas das crianças nasciam manchadas e a primeira data a ser comemorada seria o batismo. Somente quando a celebração do nascimento de Cristo foi institucionalizada, os cristãos puderam começar a comemorar seus próprios nascimentos.

Desde o século XIX, é regra no Ocidente comemorar o nascimento, o casamento, o falecimento. Essa ordem das comemorações define uma taxonomia de eventos que separa cuidadosamente o que deve ser recordado do que não merece memória. O memorável do insignificante. O ritmo da comemoração converte o tempo singular de uma vida em tempo normal: nascemos, crescemos, vamos à escola, casamos... e morremos — nesse caso com a solitária vantagem de, como diz a máxima certamente inventada por alguém que também tinha fobia de comemoração: “Quem morre pelo menos não é obrigado a celebrar o próprio enterro!”.

Parece ingênuo afirmar que não se começa a viver no dia do nascimento. Os átomos que formam nossos corpos não foram criados quando fomos concebidos, mas logo depois do nascimento do universo, há mais ou menos 15 bilhões de anos. As instituições que nos permitem existir, reconhecendo-nos ou não como humanos, não foram inventadas no dia em que nascemos: são produto de um longo processo de negociação histórica que remonta a pelo menos vários milhares de anos. É possível celebrar o Big Bang? Quem se atreveria a comemorar a hominização? Numa escala infinitamente mais modesta de tempo, não se começa a amar no dia do

casamento, muito pelo contrário! Às vezes, um filho que não chegou a nascer é nosso único herdeiro. Às vezes, os amores mais importantes não são nem podem ser comemorados. Às vezes, morremos muito antes (dias, meses, anos) da certificação da morte e da celebração do enterro. Às vezes, a morte não pode ser certificada ou o corpo nunca é encontrado e não pode ser propriamente enterrado. Nesses casos, não há literalmente nada a celebrar. Nem aniversário. Nem comemoração. Apagados dos ritos sociais que merecem reconhecimento, esse nascimento, esse amor, essa morte... desaparecem da história.

Festejei esta semana, sem nenhum tipo de ritual externo e sem a necessidade de esconder a data — já que ninguém ou quase ninguém a conhecia —, algo que pode ser entendido como um segundo nascimento. O primeiro aniversário do dia em que se admitiu de maneira legal e administrativa que eu vivesse encarnado na ficção política “Paul”. O dia em que esse nome foi inscrito no registro de nascimentos. O dia em que ele foi publicado no jornal local da cidade onde nasci, como obriga a legislação vigente. Foi a segunda vez que uma determinada coletividade social abriu seus rituais de registros do humano para permitir que eu fosse inscrito como cidadão, mudando o nome e o sexo a mim designados no dia — que mais tarde eu seria obrigado a comemorar — de meu primeiro nascimento. A data anônima dessa segunda inscrição que escapa da categoria das comemorações existe agora em algum lugar secreto sob a data certificada, visível e festejável do aniversário oficial. Essa data, ou melhor, o longo e sinuoso processo que a contém e representa, é propriamente *incomemorável* e, nesse sentido, absolutamente inesquecível.

As mais belas comemorações são aquelas que celebram as revoluções invisíveis, as transformações sem data de início ou de caducidade. Quem celebra a grama quando cresce? E o céu mudando de cor? Quem comemora a leitura de um livro? E a aprendizagem de um gesto? Quem comemora a última tarde de felicidade antes de uma morte súbita? É preciso esquecer os aniversários. É preciso abater os rituais e deixar cair as relíquias. Para comemorar outros nascimentos possíveis.

Atenas, 24 de novembro de 2017